

AS NOVAS RELAÇÕES URBANO-RURAIS EM ESPAÇOS DE METROPOLIZAÇÃO: O EXEMPLO DA REGIÃO SERRANA FLUMINENSE

Bernardo Cerqueira Agueda
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio
bernardoagueda@gmail.com

Horacio Nogueira Pizzolante
Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio
hpizzolante1@gmail.com

RESUMO:

O estudo das relações entre o urbano e o rural ganha contornos específicos no atual contexto de metropolização do espaço. As mudanças no campo, com o crescimento de atividades não-agrícolas, a difusão de signos urbano-metropolitanos e a diversificação dos sujeitos que atuam nesse espaço, desafiam a tradicional dicotomia construída entre o espaço urbano e o espaço rural por meio de novas espacialidades. Dessa forma, as transformações atuais da metropolização do espaço, articulando processos de concentração e dispersão, evidenciam tanto sua unidade como sua fragmentação. A Região Serrana Fluminense será analisada como exemplo desse processo transescalar de produção do espaço, cujas mudanças associadas à metropolização são notáveis, ainda que em áreas localizadas para além dos limites da metrópole e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: metropolização; relações urbano-rurais; Região Serrana

GT – 13: Transformações no campo e nas cidades em um contexto de globalização

1. INTRODUÇÃO

O estudo das relações entre o urbano e o rural ganha contornos específicos no atual contexto de metropolização do espaço. Cada vez mais, são criados diferentes imaginários, símbolos e representações que, por sua vez, misturam-se em combinações particulares, dificultando a compreensão deste espaço rural que se complexifica a cada dia. Logo, estamos diante de um rural que, gradativamente ressignificado pela difusão de signos urbano-metropolitanos, passa a agregar novas atividades e funções que, na prática, traduzem o espraiamento da lógica da mercadoria no espaço. As mudanças no campo, com o crescimento de atividades não-agrícolas e a diversificação dos sujeitos que atuam nesse espaço, operam na construção de novas espacialidades, produtos dos desenvolvimentos geográficos desiguais do capitalismo.

As relações de poder - sempre assimétricas – entre urbano e rural assumem outras configurações, ainda que mantenham desigualizações e hierarquizações. Nas múltiplas interações que assumem, espaços rurais e urbanos metamorfoseiam-se em distintas escalas. Se é possível

falar, em um âmbito mais geral, do desenvolvimento do capitalismo, da expansão de determinadas relações sociais de produção, de comportamentos, padrões de consumo e atitudes compartilhadas - ou seja, de uma escala mais ampla do fenômeno urbano que seria correspondente ao processo de homogeneização do espaço na sobredeterminação do valor de troca, para além da cidade e do campo -, sem dúvida é possível apreender também manifestações diversas do processo, leituras particulares em cada local, ou, de maneira simplificada, vários tipos de urbanização no rural, de urbanos e de rurais, com representações e práticas espaciais distintas.

É sobre tal diversidade de configurações que nos debruçaremos no presente trabalho, ou seja, nos imbuiremos da tarefa de analisar de maneira breve as transformações espaciais e as novas relações urbano-rurais no atual contexto de metropolização do espaço, sobretudo a partir dos exemplos de algumas áreas da Região Serrana do Rio de Janeiro. Tais exemplos são marcados por contatos distintos e arranjos particulares que certas localidades constituem com a metrópole, resultando em diferentes manifestações das dinâmicas de integração e ruptura próprias da dinâmica fluida da acumulação do capital.

Em um primeiro momento, abordaremos de forma breve o histórico de transformações nas relações entre cidade e campo no espaço fluminense para refletir sobre suas atuais configurações. São nítidas ainda hoje as marcas das relações de poder no território, onde a supremacia histórica do urbano sobre o rural é facilmente perceptível, seja nas definições formais que delimitam oficialmente zonas urbanas e rurais, na distribuição das atividades e serviços no estado do Rio de Janeiro ou nas representações do espaço que são construídas e transformadas.

Em um contexto de transformações associadas à universalização do urbano por meio do processo de metropolização do espaço, percebemos hoje uma mescla entre urbanidades e ruralidades, num cenário de revalorização de certas práticas e de manifestações constantes da integração do espaço pela “lógica da mercadoria”. Surge um “novo rural”, revalorizado em oposição ao “caos urbano” e marcado pelo crescimento do turismo e das atividades não-agrícolas, de forma geral. Torna-se cada vez mais difícil de separar o espaço urbano do espaço rural a partir da “fase de refusão da relação cidade-campo” (MOREIRA, 2005), com espacialidades híbridas, mas simultaneamente fragmentadas e conflituosas. No rural fluminense, misturam-se as facetas do chamado “pós-produtivismo rural” (HALFACREE, 2007), configurando arranjos variados entre as localidades rurais, as representações formais do rural e os cotidianos rurais, numa constelação particular de relações sociais.

Os efeitos da metropolização do espaço (ou da difusão do urbano pelo fenômeno metropolitano) são notáveis em diversas áreas rurais no Rio de Janeiro. Se a lógica do capital financeiro torna-se hegemônica para além da metrópole, configurando uma nova fase da urbanização que transforma profundamente o território, sobretudo através da difusão de códigos urbano-metropolitanos, vemos também, de maneira associada, uma expansão do capital imobiliário para novas áreas através dos chamados eixos de “maior adensamento de urbanidades” (RUA, 2011, p. 95). A paisagem rural é revalorizada neste contexto, atraindo investimentos e fornecendo renovados escoadouros lucrativos para o capital. Assim, cada vez mais percebemos as atividades de turismo e veraneio exercendo influência significativa - sobretudo no que se refere aos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo – e evidenciando a integração do espaço a partir da metropolização, num processo de “derramamento de características metropolitanas por uma vasta região metropolizada na qual se percebem aquelas transformações” (RUA, 2017, p. 458). As novas formas de se explorar a renda da terra no chamado “regime de acumulação patrimonial” (AGLIETTA, 1998 apud LENCIONI, 2016), a especulação imobiliária, a transformação das atividades econômicas e os processos espoliativos, em geral, constituem um conjunto de dinâmicas verificadas em diferentes localidades no momento atual, na busca de novas fronteiras para a acumulação capitalista. Trata-se da forma contemporânea de hegemonia do capital, da conjuntura atual de acumulação e de redefinição da relação de subordinação capital/trabalho.

Nas áreas rurais da Zona Serrana, tais relações se manifestam a partir de processos como a elevação do preço da terra (assim como das mercadorias e dos serviços), a alteração do padrão da renda familiar (a significativa diversificação das atividades e fontes de onde deriva o orçamento das famílias) e uma profunda mudança nos hábitos, comportamentos e representações do espaço que são construídas (sobretudo a partir do crescimento de atividades não-agrícolas e do afastamento/desvinculação da realidade rural por parte dos habitantes). Intrinsecamente correlacionadas, tais manifestações – ou “urbanidades” - serão destacadas enquanto evidências da transformação das relações urbano-rurais neste contexto de metropolização, tendo em vista os efeitos da expansão do fenômeno urbano-metropolitano para além das fronteiras das cidades.

2. A REGIÃO SERRANA FLUMINENSE E A METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO

O espaço fluminense foi palco de diversas transformações que atingiram suas localidades de maneiras diferenciadas. Algumas singularidades importantes do estado do Rio de Janeiro, como o perfil histórico de centralização e de concentração de população, atividades e recursos (DAVIDOVICH, 2000) refletiram na atual configuração do território, no qual formas espaciais

passadas ainda exercem um importante papel. Sobretudo durante o século XX, o espaço agrário sofre aceleradas mudanças influenciadas por uma constante transformação na dinâmica capitalista de acumulação, que se movimenta através de ciclos específicos, mesclando novos e velhos elementos para a constante acumulação do capital. Como mostram os autores:

O processo de penetração capitalista nas áreas rurais fluminenses tem sido frequentemente acompanhado pelo processo de concentração fundiária, quer através da aglutinação de áreas de posses, como vem ocorrendo no litoral sul, quer através da aglutinação de propriedades menores ou do arrendamento de extensas áreas para aproveitamento agropecuário, como se tem verificado no vale do São João. (BRITO e INNOCENCIO, 1988 apud ALENTEJANO, 2005, p. 59).

Até o início de século XX, a organização do espaço fluminense era hegemônica pelo capital agrário e pelo mercantil. Assim, as regiões que apresentavam centralidade nesse ordenamento territorial eram aquelas que tinham capacidade de materializar no espaço (ou adequar-se) a lógica econômica específica desse período. A região do Vale do Paraíba, a região das baixadas ao leste da Baixada da Guanabara, a região da Baixada da Guanabara em si e a região sul e noroeste do Estado, passando pela Serra dos Órgãos (ALENTEJANO, 2005), tinham seus desenvolvimentos associados aos interesses do capital agrário e mercantil, aliando particularidades ambientais (que são elementos marcantes para o arranjo territorial no estado do Rio de Janeiro) e interesses econômicos em diferentes formas de ordenamento do território.

As primeiras décadas do século, como mostra Alentejano, marcam o impulso inicial da metropolização (com um caráter distinto do que vemos atualmente) e do que o autor denomina de “desruralização”, tendo em vista a decadência das oligarquias cafeeiras e o surgimento de uma burguesia industrial. Assim transforma-se a lógica de acumulação que se materializa no espaço a partir da redefinição das formas de utilização dos recursos naturais e de um novo ordenamento territorial. Nesse período, a Região Serrana passa a exercer dois papéis fundamentais para a dinâmica sócio-econômica do estado, assumindo cada vez mais relevância como área de reprodução do capital comercial (ALENTEJANO, 2005, p. 53). Tais papéis seriam: abastecimento alimentício da Região Metropolitana, sobretudo a partir da presença significativa de pequenos produtores na região; atuação enquanto elo de ligação com outras regiões do país, conectando outros estados e exercendo importante papel pela circulação de pessoas e mercadorias, uma vez que alguns dos principais eixos rodoviários do país cruzam a região. Destaca-se que estes eixos rodoviários foram responsáveis pelo surgimento de diversas novas atividades na região, sendo diretamente relacionados às transformações verificadas na atualidade.

A topografia acidentada do interior do estado, que historicamente dificultou o plantio de café, fez com que São Paulo crescentemente tornasse hegemônico na atividade. Ainda que -

mesmo com certas condições adversas relacionadas ao relevo - tenha prevalecido no cenário agrícola da Zona Serrana por cerca de oito décadas, o café teve sua derrocada a partir da crise econômica de 1929 e da crise política desenvolvida após a revolução de 1930 (INCRA, 2017). A lavoura cafeeira de exportação foi seriamente atingida com tais eventos e os cafeicultores perderam prestígio e influência em detrimento dos grandes plantadores de cana-de-açúcar. Data desse período também a substituição de cafezais pela pecuária na região, com o intuito de assegurar a posse de grandes áreas pelos proprietários tradicionais. Isso levou à desagregação de relações de colonato, uma vez que muitos trabalhadores rurais não foram absorvidos pela pecuária (LEITE; MEDEIROS, 1999 apud INCRA, 2017, p. 11).

A produção agrícola na Região Serrana Fluminense, desse modo, ocorreu predominantemente sob pequenas propriedades, principalmente a partir da horticultura, que concentrou-se rumo a Teresópolis e Nova Friburgo. A produção de hortifrutigranjeiros¹ nos vales intermontanos constitui até hoje – juntamente com as atividades industriais e turística - uma das mais expressivas atividades associadas ao desenvolvimento socioeconômico regional.

Sobretudo no período que vai de 1940 a 1964, o processo de metropolização – na perspectiva de Alentejano (2005) - acelera-se e algumas regiões do interior sofrem grandes esvaziamentos populacionais. Neste período intensifica-se a transferência de população do campo para a cidade mas, simultaneamente, percebe-se um movimento inverso, onde significativos contingentes populacionais são deslocados para áreas rurais, seja pela intensificação da atividade turística ou por outras transformações associadas aos novos eixos viários².

Como área de expansão turística (tendo em vista alguns fatores, como a proximidade com a capital, as condições ambientais e o clima mais ameno, além da construção de importantes rodovias que cruzam a região), a Região Serrana é crescentemente incorporada à dinâmica metropolitana, o que acarreta no avanço do capital imobiliário sobre as áreas predominantemente ocupadas por pequenos produtores. Data desta época o início do processo que verificamos com mais intensidade hoje em diversas localidades da região: a transformação de áreas de pequena propriedade agrícola em locais de veraneio e segunda moradia para a população metropolitana. O

¹ Está relacionada à produção de hortifrutigranjeiros e da floricultura o perfil de trabalhadores “sem terra” da Zona Serrana. Esta área é caracterizada pelo grande número de trabalhadores posseiros, meeiros e arrendatários, que têm presença histórica nestas atividades.

² Dessa forma, mesmo com o processo de urbanização do campo e a transferência da população de áreas rurais para as grandes cidades, a Zona Serrana apresenta hoje o segundo menor índice de urbanização da população dentre as demais zonas homogêneas (85,36% de seus habitantes residentes nas cidades) e a maior proporção de habitantes entre as zonas rurais (23,17%) do Rio de Janeiro (INCRA, 2017, p. 17).

papel de oferta das produções de horticulturas para a capital, entretanto, faz com que a agricultura continue desempenhando grande importância no período destacado, ainda que, para Alentejano, a “desruralização”³ seja notável.

O auge do que o autor chama de “desruralização” se constrói no período que vai de 1964 a 1980, tendo como principais motivos,

[...] as mudanças estruturais na atividade canavieira; a enorme expansão da atividade turística e com ela a especulação imobiliária; a desarticulação da resistência dos trabalhadores rurais pela repressão militar, o que eliminou umas das poucas forças contrárias ao processo dominante de urbanização/metropolização (ALENTEJANO, 2005, p. 58).

Posteriormente, quando o processo se encontra mais consolidado, começa-se a observar investimentos direcionados à modernização da agricultura e ao incentivo ao avanço do turismo, gerando uma consequente especulação imobiliária. Assim, como já mencionado, o espaço se complexifica na medida em que o capital impõe uma nova lógica acumulativa na articulação de fatores externos, que ganham novo valor. Instaura-se, então, a fase de desconcentração industrial, aliada a uma política de tendências neoliberais, propiciando uma supressão das forças locais frente às grandes corporações.

É importante destacar que o processo de urbanização do interior no espaço fluminense, como aponta Rua (2002, p. 48), segue um certo padrão, prevalecendo a projeção da metrópole carioca ao longo de determinados eixos marcados por “elevados índices de população urbana mas onde se percebe uma urbanização mais intensa (baseada num movimento de difusão de ‘urbanidades’) do que a captada pelas delimitações oficiais.” Dentre os eixos identificados pelo autor – por vezes mais voltados ao conhecimento empírico do que a dados estatísticos em nível municipal -, destacamos o que denomina de “topo da serra”, cuja urbanização apresenta especificidades interessantes e abarca os municípios de Teresópolis e Nova Friburgo, como dois de seus núcleos urbanos mais dinâmicos. É nesse eixo que as marcas da urbanização dos comportamentos se percebem mais nitidamente, superpondo-se às da urbanização formal (RUA, 2002, p.49), e as transformações das práticas espaciais das populações são mais significativas.

³ Temos discordâncias com relação às perspectivas de “desruralização” e metropolização trazidas por Alentejano (2005) para referir-se às mudanças na Região Serrana Fluminense. O que o autor chama de “desruralização”, para nós, compreende múltiplos processos distintos, abrangendo desde uma chamada “urbanização ideológica” - ou “cultural, extensiva, difusa” (RUA, 2002, p. 36) -, que ocorre de maneira muito diferenciada no interior fluminense, até uma “urbanização física”, associada a uma urbanização centrada em atividades de industrialização, construção civil, turismo, veraneio, que efetivamente retiram da atividade agrícola e das áreas rurais muitas famílias (RUA 2002; 2005). Nesse caso, pode ocorrer tanto uma “verdadeira destruição do rural”, a partir dessa “avassaladora urbanização” (RUA, 2002, p 36), como a construção de um rural modificado, que se transforma sem perder algumas de suas especificidades. Quanto à metropolização – e ao que o autor entende como desmetropolização – expressaremos nosso entendimento na seção seguinte.

Em meio à fase de desconcentração industrial e às transformações de tendências neoliberais que mencionamos, cria-se uma urbanização descontínua em áreas rurais, com novos modos de organização social no espaço e, mais especificamente, uma intensa transformação no modo de vida da população a partir de novos serviços, equipamentos e infraestruturas. A chegada de luz elétrica, a presença de novas estradas (e a pavimentação de algumas já existentes), novas linhas de ônibus, serviços de segurança, educação e saúde pública, além de telefone e, mais recentemente, Internet, conferem transformações significativas nas práticas espaciais em ambientes rurais da Zona Serrana. São percebidas alterações expressivas nos hábitos, com a produção de novas necessidades que modificam o modo de trabalho e de lazer nos cotidianos dos espaços rurais. Tais mudanças, como destaca João Rua (2002, p. 53), são fruto do “‘derramamento’ para áreas rurais, sob a forma de inovações transformadoras/urbanidades, do modo de pensar, agir e produzir urbano.” Se ocorrem transformações no padrão capitalista de acumulação, estas passam pela inserção de espaços diferenciados na lógica dominante do modo de produção, ajustando-os às determinações impostas.

Regiões antes esquecidas são revalorizadas, para que se adequem aos novos padrões de acumulação. Alentejano destaca a revalorização do espaço rural,

[...] seja como área de moradia, seja como lócus de uma produção em moldes diferenciados do padrão típico da revolução verde, que não significa uma volta ao antigo rural, mas a produção de um novo rural e a revitalização demográfica, econômica, política e cultural deste, transformado pelo próprio processo de urbanização e, no caso, do Rio de Janeiro, de metropolização. Esta revalorização do rural se expressa no avanço do ecoturismo, na expansão de atividades de lazer em áreas rurais, como pesque-pagues e hotéis-fazenda, e na conversão Evolução do Espaço Agrário Fluminense de antigas áreas agrícolas em área de veraneio e segunda moradia para as classes média e alta da Região Metropolitana (ALENTEJANO, 2005, p. 66 – 67).

Esta tendência de revalorização do rural ocorre com mais expressividade justamente na Região Serrana, notadamente devido às pequenas propriedades agrícolas e ao maior grau de preservação da Mata Atlântica. O avanço do capital imobiliário, como destaca Davidovich (2001), atende à expansão do turismo, do lazer e da segunda residência, configurando uma refuncionalização nesses “espaços da metropolização” – como extensão da metrópole, na perspectiva da autora – a partir da construção de imaginários sobre esses espaços. A paisagem é vendida como mercadoria de luxo, agregando “pacotes de apelo ao ‘astral alpino’, às ‘montanhas verdes’, ao ‘bucolismo’” (RUA, 2002). É o que Inês Aguiar de Freitas concebe como o turismo “chique/pós-moderno”, que se desenvolve principalmente a partir da estrada que liga a cidade de Teresópolis à de Nova Friburgo. Trata-se de um processo em que

[...] hotéis temáticos, pousadas, sítios e casas de veraneio em moldes não oriundos da própria área aliam-se ao ambiente das áreas rurais para criar uma realidade fictícia,

“virtual”, que faz parte do mundo imaginado, programado e esperado pelos “refugiados urbanos” (FREITAS, 2002, p. 94).

Com o crescimento das atividades de turismo, lazer e da segunda residência nessas áreas rurais, outras construções tomam parte da paisagem, construindo uma cada vez maior artificialização das mesmas. Dessa forma, ao passo em que o indivíduo urbano, fugindo da cidade, entra em contato direto com o meio rural, “traz com ele suas práticas, objetos e hábitos, que passam a compor a paisagem local” (FREITAS, 2002, p. 93). Assim, criam-se por vezes paisagens difíceis de serem compreendidas, com signos que se embaralham a partir de fatores que não têm origens ligadas à produção agrícola, mas ao modo de ser e viver urbano, como painéis eletrônicos, hipermercados, estacionamentos e até *shopping centers*.

São construídos, portanto, novos imaginários sobre o espaço rural, apoiados também no “pensamento verde”, que revaloriza o campo como sinônimo de harmonia e tranquilidade em oposição ao caos da cidade. As chamadas “urbanidades no rural”⁴ (RUA, 2011) aparecem como evidências da propagação da racionalidade urbana, unificado o espaço sob a lógica do mercado. Em relação dialética, a ruralidade aparece como refúgio e assim, o que corresponderia ao conteúdo social diferenciado do rural é também transformado, mercadificado, incorporado ao urbano enquanto escala mais ampla da produção capitalista do espaço.

Uma outra tendência, esta verificada com maior intensidade no recorte espacial utilizado, é a multiplicação da pluriatividade entre os pequenos produtores. Tal tendência está fortemente associada ao crescimento do turismo e do setor de serviços na região, ganhando impulso com a crise recente, principalmente após as fortes chuvas de 2011. Muitas famílias, assim, tornam-se pluriativas, ou seja, passam a combinar a renda obtida com o trabalho agrícola com outras atividades, notadamente associadas ao turismo, ao veraneio e aos serviços decorrentes destas atividades, constituindo uma das características do que Graziano da Silva (2001) conceitua como o “novo rural”.

Uma última característica da configuração espacial da Região Serrana Fluminense a partir da reestruturação produtiva e do processo de metropolização reside na tentativa de desenvolvimento de um pólo tecnológico nas regiões onde prevaleciam a indústria têxtil e atividades turísticas, particularmente em Petrópolis (Davidovich, 2001). Segundo a autora:

No eixo da Zona Serrana grandes mudanças se fizeram sentir, na medida em que, foram eliminadas as indústrias têxteis tradicionais, apropriadamente adaptadas à paisagem montanhosa, e na medida em que suas principais cidades passaram a ser invadidas pela especulação imobiliária e pela degradação ambiental. Petrópolis mantém, atualmente, o

⁴ Estas “seriam todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador em áreas rurais, sem que, por isso, fosse identificado tal subespaço como urbano”, como mostra Rua (2011, p. 4).

Laboratório Nacional de Computação Científica, parte de um projeto que acalentou a formação local de uma Tecnópolis. Teresópolis conta com uma importante firma de gestão empresarial, que sustenta uma rede nacional e venda de projetos para o exterior (exemplo de Angola). Em Nova Friburgo as antigas têxteis foram substituídas por um pólo de confecção de moda íntima, que comporta uma ativa rede de representações comerciais (DAVIDOVICH, 2010, p. 9).

Nesse sentido, Alentejano (2005 p. 65) aponta para o avanço do que seria a “desmetropolização” do espaço fluminense, onde não seriam mais identificados determinados indícios do processo. Embora constatem nos projetos de ordenamento territorial novas atividades valorizadas para além da metrópole, sobretudo voltadas ao lazer e ao turismo, discordamos do autor quanto à perspectiva de “desmetropolização”. Acreditamos tratar-se de uma mudança na dinâmica de acumulação capitalista, com a passagem gradual do padrão fordista para a predominância de um padrão “pós-fordista” (vinculado a projetos neoliberais), associado a mudanças organizacionais derivadas da dispersão da metrópole. Nesse sentido, referimo-nos a uma “desconcentração concentrada”, a uma difusão de códigos urbano-metropolitanos para além da metrópole (esta, cada vez mais acentuada).

As relações urbano-rurais são concebidas como processos fortemente marcados pela metropolização do espaço, por concepções e imaginários que partem da metrópole, mas não restringem-se aos limites político-administrativos da Região Metropolitana. A predominância de complexos urbano-industriais dá lugar a novas configurações na organização do trabalho e na gestão territorial, mas pautadas no fenômeno metropolitano e na precarização do trabalho. As características de difusão verificadas não são entendidas no presente trabalho como antagônicas à metropolização, mas, justamente, como reflexos dessa “explosão da metrópole” e do consequente espraiamento da lógica mercantil, sobretudo em um contexto global de hegemonia do capital financeiro.

Como discorreremos no decorrer do texto, preferimos falar de uma escala mais abrangente associada a uma urbanização difusa e comportamental – com transformações nos hábitos, costumes ou na cultura de forma geral – que incide sobre o chamado “espaço da metropolização” (DAVIDOVICH, 2000), afetando de maneira desigual e em diferentes ritmos e intensidades o território fluminense. Ainda que, numa escala mais ampla, valores e signos sejam irradiados a partir da metrópole em interações assimétricas, o processo, concernente ao espaço, integra campo e cidade, engendrando novas problemáticas e possibilidades.

3. A METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO COMO UM PROCESSO QUE TRANSCENDE A METRÓPOLE: AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E AS NOVAS RELAÇÕES URBANO-RURAIS

É pelos motivos destacados na seção anterior que optamos por uma abordagem da metropolização do espaço e de seus efeitos que não restrinja a análise aos limites político-administrativos. Para isso, acredita-se ser importante o diálogo com as ideias da geógrafa Sandra Lencioni, que entende a metropolização como um processo socioespacial que transforma profundamente o território, implicando em alterações não só nas formas, mas também de estrutura e natureza (LENCIONI, 2015). Tal processo, que segundo a autora homogeneíza, fragmenta e hierarquiza os lugares (formando territórios socialmente segregados, ainda que com elementos em comum), não se restringe às áreas metropolitanas. Nesse sentido, podemos apreender o fenômeno metropolitano como um processo que transcende a metrópole, não respeita os limites formais da Região Metropolitana. Sandra Lencioni mostra que a metropolização contém, ainda que constantemente ignorada pela maioria dos autores, uma dimensão cultural e simbólica muito forte. Assim, o processo é acompanhado de uma alteração profunda pela cultura mercantil, que atinge todas as esferas da vida e se desenvolve em diversas escalas territoriais.

Não concebemos a metropolização como uma etapa que emerge com o fim da urbanização, mas como uma outra natureza da urbanização ou, nas palavras de Lencioni (2015, p. 37), “[...] uma segunda natureza da urbanização. Uma natureza (no sentido de essência, substância) posterior e diferente da primeira.” Trata-se, portanto, de uma nova fase da urbanização onde são hegemônicos os processos de metropolização do espaço, o que nos traz referenciais analíticos fundamentalmente distintos. Nesse contexto, “as cidades estariam ligadas à materialidade do momento atual, que tem como modelo a metrópole” (FERREIRA, 2014, p. 2).

Na conjuntura da metropolização do espaço, as paisagens e os ritmos de vida transformam-se profundamente pela imposição dos signos metropolitanos. Lencioni (2015; 2016) ressalta o crescente domínio do dinheiro e do relógio no controle dos ritmos de vida, pautados agora por uma agitação não antes vista. A financeirização hoje rege a linguagem dos veículos da mídia, seja nos jornais impressos, nos programas de rádio, na televisão ou Internet.⁵ Os estudos e análises técnicas, cercados de nomes estrangeiros trazidos pelos economistas e exames da mistificada variação diária da bolsa de valores, compõem a retórica neoliberal, que “com sua linguagem hermética afugenta leitores, inibe questionamentos e a tudo fetichiza” (LENCIONI, 2016, p. 27). A lógica do capital financeiro, vinculada ao processo de metropolização, sobrepõe-se às demais, torna-se hegemônica

⁵ Nos termos da autora: “A financeirização invadiu a vida cotidiana e as finanças se transformaram no deus dos tempos atuais” (LENCIONI, 2016, p. 27).

sob espaços metropolitanos e não-metropolitanos. Nas palavras da autora: “O reino das finanças se impôs e o capital financeiro passou a ser dominante” (LENCIONI, 2016, p. 25).

O processo de metropolização, com seus atributos e símbolos agora dominantes no espaço, aparece como a forma contemporânea de expansão do urbano. Da mesma forma, podemos afirmar que é a forma contemporânea da hegemonia do capital, a conjuntura da realização de uma nova fase de acumulação do capital, da realização do valor de troca e da redefinição da subordinação capital/trabalho.

Como forma contemporânea de expansão do capital, a metropolização assume e adapta as características da acumulação capitalista, reproduzindo assim, a lógica da reprodução ampliada, a dinâmica inerentemente expansiva e sendo influenciada pelas crises de sobreacumulação do capitalismo. Desta forma, como aponta Lencioni (2008) – a partir de Aglietta (1986) -, a metrópole contemporânea desenvolve os processos de concentração e centralização do capital.

Estas características, próprias da acumulação capitalista, demonstram que a metropolização também reproduz os processos de valorização do capital, estando associada à concentração territorial de riqueza e ao acentuado papel de comando exercido por determinados grupos empresariais em algumas metrópoles (sobretudo a metrópole de São Paulo, no caso brasileiro). Verifica-se um novo patamar da urbanização, com algumas transformações significativas, mas mantendo-se a lógica de acumulação do capital como prerrogativa básica. Portanto, como uma “outra natureza” da urbanização e vinculado à intensa aceleração da globalização com a fase neoliberal, o processo de metropolização do espaço não pode ser desvinculado das necessidades de desregulação e da mobilidade acrescida. Estas, devem ser entendidas como estratégias territoriais características do momento atual, tendo em vista a necessidade de reorganização permanente em busca de incentivos fiscais e uma mão-de-obra barata e ausente de leis trabalhistas para o processo produtivo.

De maneira associada, a tomada e apropriação privada da terra constitui ainda hoje um dos elementos centrais da acumulação capitalista, encontrando na renda da terra (e na sua sujeição ao capital) uma forma contínua de exploração da mais-valia do trabalhador a partir da expropriação de seus meios de produção. Vista como uma das principais marcas da acumulação por espoliação em diversas localidades da Zona Serrana, a renda da terra se torna, ainda que com configurações diferentes daquelas abordadas por Karl Marx no século XIX – demandando uma atualização dos fatores que definem esta renda -, uma das formas preponderantes de acumulação no período atual. Se “o domínio e a direção da reprodução do capital em geral estão sob o manto das finanças”,

como aponta Lencioni (2016, p. 24), no chamado “regime da acumulação patrimonial” (AGLIETTA, 1998, apud LENCIONI, 2016) sobressaem-se as possibilidades de rendimentos a partir da propriedade, seja esta renda relativa à propriedade da terra e de imóveis ou a aplicações de dinheiro no mercado financeiro. Isso ocorre pela “autonomização crescente das finanças em relação à produção”, onde realiza-se uma “valorização do capital fora da produção, descolada do trabalho” (LENCIONI, 2016, p. 24-25).

Merece destaque no momento atual a forte relação entre o capital financeiro e o setor imobiliário, que conforme destaca Lencioni (2016, p. 33), é o que “eleva a magnitude do capital-dinheiro em circulação”, servindo como reinvenção constante das formas de escoamento dos excedentes e atendendo à lógica fluída do capital. Para Pereira (2017, pp. 190), a “crescente presença do fictício na acumulação amplia a expansão capitalista e engendra a dominância da acumulação financeira.” Nesse sentido, os fundos de investimento e o crédito imobiliário aparecem como formas atualizadas de espoliação no contexto de metropolização do espaço. É na conjuntura atual, onde o fictício torna-se importante como meio de acumulação capitalista e também suporte para a “crescente mobilização do imobiliário e das finanças mundializadas”, que “a reprodução do capital na produção do espaço combina a valorização pela exploração do trabalho e a capitalização da renda por processos que espoliam a sociedade” (PEREIRA, 2017, p. 190-191).

Neste quadro, o que seria “eixo de urbanidades” que se configura a partir da RJ-130 – rodovia que liga Teresópolis a Nova Friburgo - senão uma fronteira para a expansão destes investimentos e um escoadouro para a fluidez do capital financeiro a partir da ampliação de empreendimentos turísticos e do setor imobiliário? As transformações que ocorrem ao longo da rodovia que liga Teresópolis a Nova Friburgo, por exemplo, sem dúvida atendem à dinâmica imobiliária e expressam as necessidades de expansão da lógica urbana no espaço. Assim, torna-se importante recuperar Neil Brenner, que nos mostra que o rural, o interior ou a hinterlândia “não podem ser reduzidos a meras áreas coadjuvantes de cultivo que deram o suporte necessário para catapultar as operações econômicas principais dos grandes centros populacionais” (BRENNER, 2018, p. 317), mas são espaços continuamente operacionalizados a favor de processos de formações urbanas e estrategicamente centrais à urbanização capitalista. Essa operacionalização se dá, no contexto atual, por meio da metropolização do espaço.

A metropolização, concebida como “pós-urbanização”, não deixa de representar também uma espécie de mundialização do urbano, da sociedade urbana. Como aponta Ferreira (2014, p. 3) a metropolização não exclui a “urbanização completa” da sociedade, no sentido trabalhado por

Lefebvre. Trata-se de um acúmulo de espaço-temporalidades, da incorporação de determinadas características e do desenvolvimento de outras. Assim, da mesma forma em que Lefebvre aborda o urbano como pós-industrial, muitos autores falam da metropolização como pós-urbano, não no sentido de que a industrialização e a urbanização deixaram de existir, mas no sentido de que a metropolização é determinante na atualidade. A metropolização está relacionada à:

[...] grande intensidade de fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, do crescimento das atividades de serviços e de cada vez maior demanda do trabalho imaterial, da concentração de atividades de gestão e administração, da construção de um modo de viver e consumo que se espelha no perfil da metrópole (FERREIRA, 2014, p. 3).

O processo de metropolização do espaço, na atualidade, assume características mais complexas, combinando processos de dispersão e concentração, como ressalta Lencioni (2008). Não representa uma aglomeração coesa, marcada apenas pela atração que exerce para outras localidades. O esgarçamento do tecido urbano torna os limites territoriais cada vez mais difusos, deixando de restringir-se à “cidade-mãe”. A metrópole difusa ou dispersa é uma forma comum da aglomeração nos dias de hoje, constituindo uma nova lógica espacial que prescinde o território em rede e o espaço de fluxos.

No mundo urbano generalizado em que vivemos, como destaca Mongin (2010), organizam-se no território em rede relações hierárquicas inéditas, com conexões diretamente do local com o global. É nesse contexto que se forma, segundo o autor, um arquipélago megalopolitano mundial, com diferentes níveis hierarquizados entre si, mas configurados pelo “urbano generalizado e contínuo”, em resposta às descontinuidades produzidas (MONGIN, 2010, p. 186).

A metropolização do espaço, portanto, é um processo múltiplo e complexo, que gera profundas modificações nos arranjos espaciais e nas relações sociais. Está relacionada à reestruturação produtiva, com a desconcentração de indústrias e de determinadas atividades, enquanto há uma crescente concentração da gestão e administração das mesmas. Trata-se de uma crescente fragmentação do espaço, enquanto, por outro lado, ocorre a difusão de um modo de vida mais homogêneo, padronizado. Trata-se de uma, cada vez maior, precarização do trabalho, mas também da incorporação de direitos (dentre os quais destacamos as transformações causadas pelo próprio consumo, que aparece como parte de um movimento de integração no qual populações rurais passam a ter acesso a práticas antes restritas ao ambiente urbano). Por fim, trata-se de um processo que, através da financeirização, tem a função de dar sobrevida à reprodução de relações capitalistas.

Ferreira descreve algumas das características marcantes do atual período:

Os lançamentos imobiliários são produzidos, imaginados e vendidos fazendo uso dessa lógica estratégica. Estilo de vida em condomínios fechados, grandes lançamentos de edifícios empresariais modernos e com sofisticados projetos de vigilância, empreendimentos de lazer programado [...] Tudo isso é introjetado no cotidiano dos moradores das cidades e passam a ser naturalizados.

A mobilização da moda em mercados de massa forneceu um meio de acelerar o ritmo do consumo, não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também de uma ampla gama de estilos de vida, hábitos de lazer e esporte. Outra transformação importante ocorreu com a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços. A publicidade e as imagens da mídia passaram a ter um papel muito mais integrador nas práticas culturais, tendo assumido agora importância maior na dinâmica de crescimento do capitalismo. A publicidade já não parte da ideia de informar ou promover no sentido comum, pois se volta cada vez mais para a manipulação dos desejos e gostos (FERREIRA, 2014, p. 2 - 3).

É interessante perceber que as características, destacadas com precisão pelo autor, não se restringem, de forma alguma, às cidades metropolitanas. Diversas localidades estudadas na Região Serrana Fluminense encaixam-se nessa lógica. O bairro de Vargem Grande, por exemplo, rural e localizado fora da região metropolitana (Teresópolis - RJ), apresenta, de uma forma ou outra, todos os aspectos destacados pelo autor no bojo das atuais transformações. Condomínios fechados com muros, câmeras e sistemas de vigilância são cada vez mais marcantes na paisagem deste e de outros bairros da região, expandindo-se de maneira desmesurada. A maior facilidade de consumo é visível, o que não deixa de representar um direito da população rural, mas pode ocasionar um impacto significativo pela vasta aceleração do ritmo de compra em um curto período de tempo. Sobretudo a partir da maior oferta de serviços no bairro, a vida torna-se efetivamente mais acelerada, ao passo que continuam sendo vendidos imaginários de paz e tranquilidade. Além do referido bairro, destacam-se, neste aspecto, outras áreas dos municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, marcados pelo grande dinamismo e maior relevância demográfica e econômica em comparação com os demais municípios da Região Serrana, que possuem menor dinamismo econômico e contingente populacional e “onde os processos de criação de novas territorialidades e de interação urbano-rural são menos marcantes” (RUA, 2011, p. 95).

A partir desta discussão, é possível efetuar relações entre o processo de metropolização e a dinâmica imobiliária, com a tendência de aumento do preço da terra na Região Serrana e novas áreas continuamente incorporadas à lógica do mercado de terras da metrópole. Dessa maneira são produzidas multicentralidades, de acordo com a necessidade de reprodução do capital nos setores imobiliário e financeiro, com infraestruturas produzidas principalmente de acordo com interesses da iniciativa privada.

Ainda que fora da região metropolitana, os efeitos da metropolização são visíveis, principalmente no que tange à cultura mercantil, que, utilizando-se do referido eixo de

transformações, difunde-se com enorme facilidade na região. A alienação própria de um modo de vida urbano-metropolitano, no bojo desse processo, é verificável em ambientes consideravelmente afastados das grandes metrópoles, com a propagação de novos hábitos e padrões de comportamento e consumo para algumas das mais remotas localidades rurais.

É nesse contexto, marcado pelos efeitos da metropolização para além da metrópole e da região metropolitana, que podemos falar de “explosão da metrópole”, tal como Lefebvre referia-se ao urbano a partir da “explosão da cidade”. Assim:

A dinâmica metropolitana rompe com a lógica urbana clássica: enquanto a cidade clássica atrai a periferia, o seu fora, para o centro, a metrópole simbolizava a reviravolta dessa dialética urbana. Não é mais a aspiração do fora para o dentro que é prioridade, mas o inverso, uma vez que o urbano se volta para o fora. Desde então, a metrópole se distingue duplamente da cidade: por um lado, ela não corresponde mais a uma entidade que delimita concretamente um dentro e um fora; ela não é mais definida essencialmente por sua capacidade de acolhida e por sua vontade, mais ou menos afirmada, de integração. Por outro lado, sua extensão é ilimitada, uma vez que ela não tem fronteiras bem nítidas, o que dá lugar a uma configuração territorial que se inscreve nas áreas urbanas estendidas (MONGIN, 2010, p. 196).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos, sem dúvida, diante de um novo momento da urbanização. Neste novo momento, a lógica que se coloca como hegemônica é a metropolização. Como destaca Lencioni (2015, p. 8), é a metropolização que “domina e dirige os processos que metamorfoseiam o espaço”. Em meio a essa metamorfose, a relação cidade-campo se modifica profundamente, exigindo uma revisão na distinção clássica e tão nítida no passado entre o urbano e o rural.

As transformações das relações urbano-rurais, vinculadas a um contexto de metropolização do espaço, demandam uma problematização a medida em que engendram manifestações concretas, vividas pelos diversos grupos sociais que estão vinculados à produção do espaço. Chegamos assim, ao que consideramos as evidências da metropolização do espaço para além da metrópole, “urbanidades” que alteram profundamente os hábitos e costumes da região. Não deixam de ser evidências, também, da reprodução ampliada, do crescimento exponencial do capitalismo e dos mecanismos de acumulação por espoliação contemporâneos.

Dentre as inúmeras manifestações verificadas no espaço, destacamos no trabalho a elevação do preço da terra, cada vez mais concebida enquanto ativo financeiro, a alteração no padrão da renda familiar, cada vez menos decorrente da atividade agrícola, e as representações do espaço, cada vez mais transformadas e ressignificadas em virtude da redefinição das relações

urbano-rurais pela metropolização do espaço.⁶ Tais fatores estão intrinsecamente correlacionados, associados também à reorganização econômica das localidades em função da atividade turística, dos empreendimentos imobiliários e do crescimento de atividades não-agrícolas em geral.

Na Região Serrana, especialmente em áreas rurais, é nítida a elevação do preço da terra e a crescente percepção da propriedade enquanto possibilidade de obtenção de renda com a especulação ou a venda. Constata-se um crescimento expressivo no Valor da Terra Nua em diversos municípios que compõem a região, com destaque para Nova Friburgo e Teresópolis. É possível perceber com semelhante clareza o aumento nos preços dos lotes de terra, que, em muitas áreas rurais, passa a assumir parâmetros urbanos. Em muitos casos, inclusive, a própria mensuração da terra a partir de metros quadrados (e não mais hectares) já revela a concepção da mesma através de outra perspectiva.

A medida em que a terra passa a ser valorizada em termos urbanos numa área tradicionalmente rural e agrícola, o preço da terra transforma-se em um problema, especialmente para aqueles que não são proprietários, grupo que representa uma parcela significativa da população em diversas localidades. Portanto, a elevação do preço da terra, que passa a ser definido a partir de padrões urbanos, afeta desigualmente a população, constituindo-se em benefício para um grupo minoritário, sobretudo pelas possibilidades de especulação, mas impactando negativamente outros grupos (meeiros, arrendatários, posseiros, assentados, entre outros). Acreditamos que tal elevação constitua-se numa manifestação de um movimento mais amplo de exclusão do acesso à terra, a partir da forte especulação imobiliária presente em grande parte do estado do Rio de Janeiro.

O padrão da renda familiar, cada vez menos decorrente da atividade agrícola, também pode ser um importante indicador das transformações recentes, vinculadas à metropolização do espaço. Assim como o preço da terra, alterações neste indicador tornam-se problemáticas para certos grupos sociais, uma vez que as relações sociais na família transformam-se profundamente a medida que certas atividades perdem importância em detrimento de outras. O possível esgotamento da agricultura em certas localidades da região estudada acarreta em significativas alterações na renda familiar, especialmente para as famílias dependentes desta atividade. A diversificação das atividades e o crescimento de atividades não-agrícolas a partir, notadamente, do setor de serviços, além de exigir a modificação de atividades realizadas para a obtenção de renda,

⁶ Para uma análise mais aprofundada a respeito das mudanças nos três fatores supracitados nos municípios da Zona Serrana Fluminense, ver Agueda (2019).

afeta desigualmente os proprietários e os não-proprietários. Ademais, merece destaque a relação entre o crescimento de atividades não-agrícolas na região e a elevação do preço da terra, onde a diversificação das fontes de obtenção de renda explica em grande medida a precificação da terra em parâmetros urbanos, o que impossibilita a manutenção de atividades mais tradicionais.

Por fim, a transformação das representações do espaço em virtude da reconfiguração das relações urbano-rurais também se revela uma mudança determinante na Região Serrana Fluminense. As representações estão presentes desde as definições formais e delimitações político-administrativas de urbano e rural, que separam estes espaços e hierarquizam seus distintos conteúdos sociais por meio de assimetrias de poder, até as relações alienantes que se constituem pela generalização de um modo de vida pautado na mercadoria, que afasta o indivíduo da terra e de si mesmo e retira-lhe algumas de suas potencialidades. O preço da terra não pode ser dissociado do conjunto de representações que são criadas sobre os espaços rurais, redirecionando os fluxos de investimentos através do mercado imobiliário, do turismo e do veraneio, assim como está irrefutavelmente relacionado com a proliferação de atividades não-agrícolas nestes espaços e a decorrente transformação no padrão da arrecadação familiar em virtude das mesmas. A reinvenção da natureza e a relação dialética entre urbanidades e novas ruralidades que se constitui não deixam de constituir representações, pautadas em um conjunto de imaginários e símbolos associados à ideia de desenvolvimento.

A alienação própria de um modo de vida urbano e a idealização de uma ruralidade são elementos constitutivos dos processos aqui analisados, estando presentes em muitas das localidades estudadas. O que percebemos, na prática, são verdadeiras metamorfoses nos espaços rurais atreladas a representações e imaginários por vezes extremamente enganadores com relação à vida que de fato ali ocorre. São representações que, portanto, se afastam do real (alienam) e transformam estas localidades em refúgios da “crise do urbano”, quando, na verdade, são as mudanças, elas mesmas, resultados do urbano, urbanidades no rural. Como vimos, as “ruralidades dos urbanos”, forjadas e idealizadas, se afastam do conteúdo social do rural, carregando, nelas próprias, códigos de comportamento urbano-metropolitanos. Essas ruralidades idealizadas, constituem, na prática, a venda dos elementos do rural como “mercadorias em prateleiras” (KIELING e SILVEIRA, 2015, p. 139). O rural idealizado e transformado em mercadoria é, assim, um rural subtraído dos “elementos que podem ser essenciais à preservação de valores simbólicos que os caracterizam e lhes dão sentido.” É essa subtração, perda daquilo que dá sentido ou constitui o

verdadeiro conteúdo social da ruralidade que concebemos aqui como efeito da alienação para além das cidades.

Portanto, são percebidas mudanças relacionadas tanto a aspectos materiais como imateriais. Se por um lado, é verificado o estabelecimento de grandes empreendimentos, como condomínios de alto padrão, e um aumento do preço da terra associado a eles, por outro, percebemos transformações nas práticas sociais, na formação de novos valores identitários e nas representações acerca daquele espaço. Os aspectos materiais e imateriais mesclam-se na construção de novas espacialidades, híbridas, resultantes da relação dialética entre integração (pela escala mais ampla da mercadoria, pelos códigos urbano-metropolitanos) e ruptura (onde percebemos um espaço essencialmente fragmentado, marcado por um nítido contraste entre as territorialidades impostas pelas representações hegemônicas e as territorialidades referentes aos habitantes locais).

As transformações atuais demandam a construção de perspectivas não-dicotômicas. Como lembra Lencioni (2015, p. 9), “estamos a falar de fragmentação de uma unidade, de fragmentação de uma totalidade” e a chave para compreender a dispersão e seus limites está “no exame da integração na dispersão”. Ainda que ressaltemos os fragmentos, as diferenciações e desigualdades no espaço, não podemos perder a concepção de totalidade aberta, noção que acompanhou o pensamento de Lefebvre. Um contexto de “nebulosa urbana”, de “metropolização difusa”, solicita um reescalonamento da questão urbana, configurado a partir dos processos sociais que, por sua vez, precisam ser compreendidos de forma relacional (BRENNER, 2013).

Vinculada à reinvenção do capitalismo está a reinvenção do rural e a decorrente ressignificação da agricultura. As transformações espaciais, entretanto, manifestam-se no lugar, na escala do cotidiano. Assim, é injetado no cotidiano o que Halfacree (2007, p. 125) chama de “um desafio espacial politicamente radical”. Como mostra o autor, um dos elementos primordiais do pensamento de Lefebvre é a tentativa de transcender o dualismo entre concebido/abstrato e percebido/concreto para incorporar sua personificação como vivido. É no cotidiano, por mais subjetivo e diverso que seja, que encontramos a apropriação e a subversão do contraditório modelo de desenvolvimento que é imposto por meio das representações hegemônicas. Precisamos dar a devida atenção para as “ruralidades conflitantes”, para as diferentes concepções de espaço existentes.

Dessa forma, o relato dos moradores ajuda a compreender a maneira contraditória com que se dá o desenvolvimento do capitalismo no campo, o que representa o grande desafio acadêmico de entender as novas dinâmicas territoriais, com a difusão da racionalidade do urbano e a

consequente ressignificação do rural na acumulação via espoliação. As práticas sociais e os valores identitários expressam a complexidade das mudanças, resultados da relação dialética entre integração e ruptura que evidenciamos. A desigualdade de forças com que se dá o processo, expressa a necessidade de uma análise que contemple variadas escalas, assim como as diversas dimensões e mecanismos de exercício de poder. A partir do local, do cotidiano, devemos agregar novas utopias, buscar o nexo aglutinador entre as lutas particulares (HARVEY, 2004), valorizar o espaço pela sua multiplicidade (MASSEY, 2004), uma vez que o mesmo está sempre em devir, ou seja, é constantemente produzido pelas relações sociais.

5. REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, Michel. **Concentración y centralización del Capital**. In: Regulación y Crisis del Capitalismo. 3ª Ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986, p. 192-197.
- AGUEDA, Bernardo Cerqueira. **Relações urbano-rurais e desenvolvimentos geográficos desiguais**: transformações espaciais nas localidades de Vargem Grande (Teresópolis-RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo-RJ). 264 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, PUC-Rio, Rio de Janeiro (RJ), 2019.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **A Evolução do Espaço Agrário Fluminense**. GEOgraphya. Ano 7, n. 13, 2005.
- BRENNER, Neil. **Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana**. GEOUSP: espaço e tempo. São Paulo, n. 33, p. 198-220, 2013. Tradução: Daniel Sanfelici; Karen Heberle.
- _____. **Espaços da Urbanização**: O urbano a partir da teoria crítica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.
- DAVIDOVICH, Fany. Estado do Rio de Janeiro: Singularidade de um contexto territorial. Revista território, Rio de Janeiro, Ano 5, n. 9, pp. 9-24, 2000.
- _____. Metrôpole e território: metropolização do espaço do Rio de Janeiro. In: **Cadernos Metrôpole**, n. 6, 2001
- FERREIRA, Álvaro. **Metropolização do Espaço, Tensões e Resistências**: Entre espaços de controle e controle do espaço. XIII Coloquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona, 5-10 de mayo de 2014.
- FREITAS, Inês Aguiar de. Novas formas de turismo no Rio de Janeiro: o exemplo da Rodovia Teresópolis-Nova Friburgo. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Editora Infobook Ltda, 2002. 208 p.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro**. Estudos Avançados. Ano 15, n. 43. São Paulo, 2001.
- HALFACREE, Keith. **Trial by space for a “radical rural”**: introducing alternative localities, representations and lives. Journal of Rural Studies, 2007.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

INCRA. **Relatório de Análise de Mercados de Terras na Zona Homogênea Serrana**. Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro – SR (07) Divisão de Obtenção de Terras. Rio de Janeiro: INCRA (Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária), dezembro, 2017.

KIELING, Rejane Inês; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional**. PERSPECTIVA, Erechim. v. 39, n.148, p. 133-143, dezembro/2015.

LENCIONI, Sandra. **Concentração e Centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar**. Reflexões a partir do caso de São Paulo. Revista de Geografia Norte Grande, v. 39, p. 7-20, 2008.

_____. MetrÓpole e sua lógica atual face ao regime de acumulação patrimonial. In: LENCIONI, Sandra; BLANCO, Jorge (Orgs.). **Argentina e Brasil: territÓrios em redefinição**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

_____. **Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: O caso de São Paulo - Rio de Janeiro**. In: e-metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, n. 22, ano 6, p. 6-15, 2015.

MASSEY, Doreen. **Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações**. GEOgraphia, Vol. 6, N. 12, 2004.

MONGIN, Olivier. O arquipélago megalopolitano mundial e a explosão da metrÓpole. In: **A condição urbana: A cidade na era da globalização**. São Paulo, Editora Estação Liberdade, 2010.

MOREIRA, Ruy. **Campo e Cidade no Brasil Contemporâneo**. Conferência no Simpósio: Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização. São Paulo, 2005.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Preço e valor na financeirização da produção do espaço. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia. **O espaço e a metropolização: Cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

RUA, João. **A Complexa Simultaneidade da Integração e Distinção entre o Urbano e o Rural: Retomando um debate no espaço de metropolização do Estado do Rio de Janeiro**. GEOPUC. Ano 4, n. 7. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **No Estado do Rio de Janeiro: O lugar de um lugar rural em um espaço de metropolização**. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia. **O espaço e a metropolização: Cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

_____. **Urbanização em Áreas Rurais no Estado do Rio de Janeiro**. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppel (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Editora Infobook Ltda, 2002. 208 p.